



CARTA ABERTA

O setor de gás natural em Santa Catarina atravessa um momento decisivo. Diante disso, manifestamos, por meio desta carta aberta, a necessidade de reorientar a governança, a estratégia e a atuação pública na concessão do serviço de distribuição de gás canalizado, um serviço público essencial e vetor relevante para o desenvolvimento do estado e para a competitividade de cadeias produtivas estratégicas. A conjuntura atual impõe uma revisão de rumos, com transparência, responsabilidade social e alinhamento aos desafios da reindustrialização, da sustentabilidade e da transição energética. Nesta carta aberta, propomos ao governo catarinense, aos sócios públicos da concessão, ao mercado consumidor e à sociedade novos caminhos e reposicionamentos necessários para o futuro do setor.

Governança pública e regulação estratégica

É imperativo que o Governo do Estado de Santa Catarina, na condição de poder concedente, a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc), enquanto acionista majoritária, e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), como representante institucional da indústria e histórica conselheira do setor energético estadual, retomem o papel estratégico de condução das decisões fundamentais no desenvolvimento dessa infraestrutura pública. Isso inclui: a revisão do Acordo de Acionistas, reequilibrando o peso público frente a interesses privados; a recomposição e redimensionamento das diretorias e estruturas internas da concessionária, com especial atenção às áreas de planejamento, gestão comercial e definição tarifária, hoje sob notável desequilíbrio técnico; e a reabertura de diálogo com a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC) e o setor produtivo quanto à possibilidade de revisão do Contrato de Concessão vigente, celebrado na década de 1990, que assegura níveis de remuneração superiores aos padrões atuais de retorno sobre ativos regulados. Além disso, torna-se necessário avaliar a viabilidade de novos arranjos territoriais e a criação de novas concessões em regiões ainda desabastecidas ou economicamente promissoras, a exemplo do que aconteceu nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde a ampliação de áreas concessionadas foi adotada como instrumento de ampliação do serviço.

Foco no setor industrial e equilíbrio tarifário

A política comercial da concessão deve ser reavaliada com urgência. A priorização do mercado residencial em espaços urbanos verticalizados e de classes sociais privilegiadas tem gerado distorções estruturais no sistema tarifário, penalizando a indústria com subsídios cruzados, perda de competitividade e risco de desmobilização produtiva, como se comprova pela retração de mais de 25% no consumo nos últimos quatro anos. Santa Catarina possui um parque industrial robusto, diversificado e tecnicamente capacitado para liderar uma nova etapa de desenvolvimento industrial de base tecnológica o que pode contribuir com a retomada dos volumes de consumo, atualmente em processo de transferência para o mercado livre, ou seja, ampliando o distanciamento do papel da concessão pública. Recolocar o segmento industrial como eixo estruturante da política pública de gás natural é condição para garantir previsibilidade tarifária, estabilidade contratual, investimentos em eficiência energética e ganho de escala na malha de distribuição.

Transição Energética Justa: biometano, GNL e redes locais

A concessão deve assumir, com protagonismo institucional, seu papel na viabilização da transição energética justa. O potencial técnico e territorial de produção de biometano em Santa Catarina é reconhecido há mais de uma década, mas ainda não foi internalizado de forma estruturante na política pública do setor. É fundamental que a concessionária desenvolva projetos integrados de fomento à cadeia do biogás, com mecanismos regulatórios, estímulo à produção local e estruturação de linhas de conexão viáveis. A simples inclusão do biometano em chamadas públicas de suprimento, sem apoio à estruturação da cadeia produtiva, tende a repetir os limites históricos de concorrência assimétrica entre fontes emergentes e fontes fósseis consolidadas em larga escala. Além disso, o terminal de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL), localizado na Baía da Babitonga, entre os portos de São Francisco do Sul e Itapoá, deve ser avaliado para além de sua função portuária, podendo se transformar em vetor de interiorização por meio do modal rodoviário e de integração logística regional. Também é urgente retomar projetos de redes locais e sistemas isolados, com base em modelos técnicos simplificados e de baixo custo, que atendam regiões economicamente relevantes ainda desabastecidas como o Planalto Norte, Extremo Sul, Oeste e Meio-Oeste.

Integração regional e soberania energética sul-americana

A exclusão de Santa Catarina dos principais projetos do 1º Plano Coordenado de Desenvolvimento do Sistema de Transporte de Gás Natural, proposto pelas transportadoras e atualmente sob análise da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), evidencia a fragilidade institucional em um setor estratégico. O plano prevê R\$ 37 bilhões em investimentos e contempla, no caso catarinense, apenas a duplicação de um trecho do Gasoduto Bolívia–Brasil (Gasbol), entre Siderópolis (SC) e Canoas (RS), e a instalação de uma Estação de Compressão (Ecomp) no município de Gaspar. Embora importantes, essas iniciativas não suprem o déficit de infraestrutura regional. É necessário retomar o debate sobre a proposta de gasoduto de

transporte ligando Araucária (PR) a Chapecó (SC), como eixo estruturante da interiorização do gás e da ampliação do mercado servindo como uma oportunidade ímpar de integração com o potencial de gás não convencional argentino oriundo da Bacia de Neuquén. Também é essencial incorporar Santa Catarina às rotas de suprimento do GNL, promovendo articulações técnicas e diplomáticas com os principais países da região com vistas à construção de uma agenda de soberania energética sul-americana que integre modais, fontes e interesses nacionais em face dos potenciais da Argentina e da Venezuela e da importância dos territórios de passagem como Bolívia e Paraguai.

Gás para Empregar: novas infraestruturas e financiamento público

O programa federal Gás para Empregar representa uma oportunidade para romper com o modelo atual de expansão da infraestrutura limitada às concessões convencionais. O Estado de Santa Catarina e seus agentes institucionais devem liderar a proposição de novos gasodutos de transporte, com financiamento público direto, inclusive por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de fundos setoriais. Deve-se ainda viabilizar arranjos híbridos que combinem concessões, integração rodoviária e estímulos indiretos à malha com mecanismos como a destinação de percentuais das tarifas de pedágio para a expansão do sistema energético regional. Ao mesmo tempo, é necessário garantir presença ativa e articulada em fóruns regulatórios nacionais, defendendo o equilíbrio tarifário, a transparência dos critérios de remuneração e a expansão da malha como direito público associado à competitividade e ao desenvolvimento.

Santa Catarina precisa planejar seu futuro energético com visão estratégica e de longo prazo. A concessão do serviço público de distribuição de gás natural não pode se restringir a uma estrutura operacional guiada exclusivamente por lógicas comerciais. Essa infraestrutura deve ser concebida como instrumento de política industrial, de justiça tarifária e de apoio à transição energética justa, contribuindo para inserir o estado nos processos de integração territorial e de desenvolvimento regional sustentável.

Florianópolis (SC), 4 de agosto de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br COSME POLESE
Data: 02/08/2025 09:00:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Cósme Polêse

ENC: carta aberta

De JULIO CESAR GARCIA <juliogarcia@alesc.sc.gov.br>

Data Seg, 2025-08-04 12:29

Para Secretaria Geral <secgeral@alesc.sc.gov.br>

 1 anexo (607 KB)

Carta Aberta.pdf;

Att.

Paula Laureano

Assessora Parlamentar

DEPUTADO JULIO GARCIA

Gabinete 107 / fone: 48-3221.2667

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

GABINETE DO DEPUTADO
JULIO GARCIA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

De: j.bastos@ufsc.br <j.bastos@ufsc.br>

Enviado: segunda-feira, 4 de agosto de 2025 08:22

Para: JULIO CESAR GARCIA <juliogarcia@alesc.sc.gov.br>

Assunto: carta aberta

Sr. Prezado Presidente Júlio Garcia (ALESC). Bom dia!
No anexo encaminhamos carta aberta de nosso associado.
Atenciosamente,
José Messias Bastos
Presidente do IIR

Esta mensagem se trata de correspondência eletrônica para uso exclusivo de seu destinatário e pode conter informações confidenciais, que todas as informações contidas devem ser tratadas como confidenciais e não devem ser divulgadas a terceiros sem o prévio consentimento do seu remetente; e, caso não seja o destinatário e/ou a tenha recebido por engano, deve devolvê-la ao remetente e eliminá-la do seu sistema, não divulgando ou utilizando de forma total ou parcial as informações contidas em seu texto e/ou anexos.

Esta mensagem se trata de correspondência eletrônica para uso exclusivo de seu destinatário e pode conter informações confidenciais, que todas as informações contidas devem ser tratadas como confidenciais e não devem ser divulgadas a terceiros sem o prévio consentimento do seu remetente; e, caso não seja o destinatário e/ou a tenha recebido por engano, deve devolvê-la ao remetente e eliminá-la do seu sistema, não divulgando ou utilizando de forma total ou parcial as informações contidas em seu texto e/ou anexos.